

GÊNERO E MIGRAÇÕES – TRAJETÓRIAS GLOBAIS, TRAJETÓRIAS LOCAIS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Teresa Kleba Lisboa*

Este artigo apresenta as trajetórias de migração em nível global e local e discute a crescente feminização das migrações. Aproximadamente 100 mil mulheres de todo o mundo movem-se anualmente em fluxos migratórios, para assumirem trabalhos domésticos, na esfera privada. As principais causas das migrações estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho, de estudo e conquista da independência em relação a opressão ou violência. A pesquisa constatou que, para conter o grande fluxo de migração de mulheres, são necessárias políticas públicas direcionadas às mesmas, ou seja, oportunidade de trabalho bem remunerado, acesso à educação gratuita e de qualidade para si e para seus filhos e programas voltados para superação da violência intrafamiliar.

This article presents the migration trajectories on global and local levels and also discusses their growing process of feminization. Approximately, 100 thousand women all over the world move annually into migratory fluxes to domestic jobs in the private sphere. These migrations main causes are linked to survival struggle, opportunities of work and study and the independence from oppressive and violent relations. The research verified that in order to contain the women migration great flux is necessary the implementation of public policies looking for well paid jobs, free and qualified education access for them and their children and programs oriented for the ending of inner-family violence.

1. A feminização da migração – dando visibilidade às mulheres migrantes

Estudos feministas têm apontado para o significativo aumento dos fenômenos da “feminização da pobreza” e da “feminização da migração”.

* Profª do Curso de Graduação e de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina / Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero / Doutora em Sociologias pela UFRGS – Porto Alegre. Participou da IFU – *Internationale Frauen Universität* – realizado em Hannover de 15 de julho a 15 de outubro de 2000, Curso oferecido a 1000 mulheres de todos os continentes do mundo, dividido em seis áreas de estudo, a qual integrou a área MIGRATION. Autora do livro: *Gênero, Classe e Etnia* - Trajetória de mulheres migrantes, publicado em 2003 pela Editora da UFSC, em parceria com a Argus de Chapecó.

Segundo dados da ONU, 70% dos pobres de todo o mundo são mulheres, que, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) como sujeitos autônomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos.

Defino “migração” como uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas sócio-econômicas e políticas, como também podem estar associados a dimensões subjetivas.

As clássicas teorias sobre migração – concepções neoliberais e marxistas - têm focalizado prioritariamente suas causas econômicas e políticas, ou seja, vinculam a migração a oportunidades de emprego para homens – provedores de família – no modelo capitalista de desenvolvimento, ou reduzem o migrante ao proletário. Os estudos sobre migração têm ignorado as mulheres tornando-as invisíveis ou totalmente dependentes dos homens. Por sua vez, o número de mulheres que migram, sozinhas ou acompanhadas de seus familiares, tem aumentado significativamente nas estatísticas nacionais e internacionais, dado o caráter multidimensional dos papéis atribuídos à mulher na família, incluindo sua maior responsabilidade em relação aos filhos, ao sustento da família e o seu deslocamento em função de casamentos.

Os estudos sobre migração também têm negligenciado as estatísticas sobre o fluxo crescente de mulheres que entram anualmente no mercado de trabalho, bem como a mobilidade interna e externa das mesmas, que saem de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida ou fugindo de diferentes formas de opressão e exploração; é importante considerarmos, também, que o processo de migração para as mulheres significa, muitas vezes, a fuga de uma estrutura social patriarcal com rígidas noções do que constitui “propriedade” em relação à mulher. Em geral, a mulher pobre, índia, negra ou mestiça não tem direito à herança e à propriedade de terras no campo nem quando casa e muito menos quando se separa (ou divorcia), configurando-se uma articulação entre as categorias gênero, classe e etnia.

Neste sentido, ressalto a importância de considerarmos a perspectiva de engendramento das migrações, ou seja, levar em conta que os fatores que originam e estimulam a migração, quando comparados

entre homens e mulheres, são diferentes. Em função das atividades de subsistência atribuídas em geral às mulheres, elas são as mais penalizadas. Além disso, as mulheres migrantes que cruzam fronteiras internacionais, em geral, ficam com a responsabilidade de prover suas famílias na pátria de origem. Esses processos transnacionais envolvem complexas relações entre os migrantes e seus locais de origem, bem como requerem a formação de novas instâncias que incluem redes sociais: de conhecidos e parentes que já estão no país para o qual querem migrar; de ONGs e instituições que acolhem as mulheres migrantes e as encaminham; de operações econômicas de envio de dinheiro para os familiares no país de origem etc.

Vejamos, a seguir, alguns dados sobre trajetórias de mulheres migrantes, em nível global e local.

2 Trajetórias migracionais em nível global - trabalhadoras domésticas na Europa

A seu serviço, madame!

A história de Isabel, trabalhadora doméstica filipina que passou oito anos invisível em Frankfurt, é uma das muitas trajetórias de mulheres migrantes na Europa. Pode-se resumir sua história pelo relato a seguir, extraído de pesquisa¹

Em dezembro de 1988 Isabel viajou de Filipinas para a Alemanha. Na época ela tinha 40 anos de idade, era casada e tinha 11 filhos. Isabel vinha de uma pequena cidade ao sul de Manilha. Lá ela tinha cursado o Ensino Fundamental e como a família não possuía dinheiro para continuar lhe pagando os estudos, fez um curso de cabeleireira e ganhava por volta de R\$ 60,00 por mês, cortando cabelo de clientes nos fundos de sua casa. Isabel mantinha contato com colegas, suas ex-vizinhas que trabalhavam como domésticas na Alemanha e insistiam para que ela viesse, pois ganharia muito dinheiro. Quando Isabel decidiu emigrar para a Alemanha, sua filha mais velha tinha 18 anos de idade e a menorzinha era bebê. Seu marido era policial e recebia um salário equivalente a R\$ 250,00. A Escola das crianças era paga e Isabel estava devendo várias prestações. Chegando na Alemanha, uma de suas amigas, Maria, foi buscá-la no aeroporto e hospedou-a até ela encontrar uma casa para trabalhar. Depois de algumas semanas, Isabel foi trabalhar na casa de uma família egípcia (que vivia em Frankfurt), onde também funcionavam dois consultórios médicos. Portanto, Isabel foi contratada para fazer todos os serviços domésticos,

¹ Pesquisa realizada com mulheres migrantes na Alemanha, no decorrer de nossa participação ao Curso "Internationale Frauen Universität" – Hannover, julho a outubro de 2000.

cuidar das crianças e ainda limpar os consultórios, diariamente. Para tanto, ela recebia DM 1000,00 marcos por mês (o equivalente a R\$ 3.000,00), enviava DM 750 marcos para casa e permanecia com DM 250 para si. O acordo com a família egípcia era que ela trabalhasse de segunda a sábado, até tarde da noite, e durante o ramadã (a família era muçulmana), até às três horas da madrugada. Em janeiro de 1996, já fazia 8 anos que Isabel trabalhava nesta família e sua saúde já não ia bem, e certo dia sentiu-se mal, com fortes dores pelo corpo, febre e muita fraqueza. Seu patrão (médico) deu-lhe uns comprimidos e pediu que ela tirasse um mês de férias. Para onde ela iria? Isabel se deu conta que, desde que chegou na Alemanha, nunca tinha se preocupado em legalizar seus papéis, em atualizar seu visto de permanência e constatou que estava ilegal no país. O patrão insistiu que ela saísse de casa e tirasse umas férias. Passada uma semana, Isabel foi encontrada por uma conhecida (também filipina) vagando por um dos parques de Frankfurt, com os mesmos sintomas: dor de cabeça, febre e dores pelo corpo e foi internada em um Hospital com o diagnóstico de meningite. Dali para diante foram-se constatando vários problemas relacionados com a forma de migração ilegal através da qual Isabel chegou na Alemanha – não tinha plano de saúde, e acima de tudo com o total descaso de seus patrões em relação ao seu estado de saúde. A ONG – “Ökumenische Asien Gruppe” (Grupo Ecumênico de Asiáticos) assumiu os custos do tratamento de saúde para Isabel, que veio a falecer três semanas depois de dar entrada no Hospital. Seu patrão foi intimado a pagar uma multa de 10 mil marcos por negligência.

Nos últimos dez anos, a migração de mulheres como Isabel, vindas de vários países do mundo para trabalhar como domésticas na Europa, aumentou de forma impetuosa. Via de regra, ocorre um fluxo predominante de certos países para outros, geralmente em função dos processos seculares de colonização: as norte-africanas vão trabalhar na França, Espanha ou Itália; as peruanas, dominicanas e outras latino-americanas vão para a Espanha, Itália, Portugal ou Estados Unidos; as Filipinas e indonésias são as preferidas na Alemanha, Inglaterra e Canadá; as albanesas, da Eritreia ou da Etiópia, vão trabalhar na Grécia e na Itália; por sua vez as polonesas e russas têm ido em número cada vez maior para França, Itália, Alemanha e Espanha.

Entre estes países, globalmente diferenciados como centrais e periféricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, são construídos estereótipos que definem e caracterizam hierarquicamente as diferenças étnicas e raciais. O discurso e a prática da alteridade, da aceitação do outro como diferente, com base no racismo e na etnia, define, por exemplo, o modelo

de “outra”, ou seja, a identidade que a mulher européia considera ideal para trabalhadora doméstica. Assim, as filipinas são preferidas por sua natureza profundamente dócil e submissa, as latinas por sua disposição e força para o trabalho e as polonesas e russas por sua beleza exótica. Por sua vez, as muçulmanas, na grande maioria negras, são consideradas as “outras” que representam a dicotomia do modelo de mulher e mãe européia.

Desta forma, os estereótipos em relação à natureza feminina são freqüentemente acentuados como simples características étnicas: as gueixas japonesas, as submissas do continente asiático, as poderosas, exóticas e sensuais mulheres negras, a apaixonada amante latina, a sexualmente licenciosa estadunidense. Todos estes preconceitos, que não somente negam a aceitação da multiplicidade do sujeito feminino de toda mulher real, exercem também uma grande força material em toda a sociedade. Estas imagens, todavia, não são casuais, elas têm sido construídas sistematicamente através do tempo e são utilizadas por diferentes grupos com diferentes propósitos. Estes sistemas de pensamento e ideologias continuam, apesar de que a realidade é profundamente contraditória.²

3 Como elas chegam... ou em busca de trabalho, ou seduzidas pelo glamour do primeiro mundo!

As mulheres que se propõem a trabalhar como domésticas em países estrangeiros no século XXI, devem inicialmente aprender a língua do país para o qual pretendem emigrar para depois integrar-se nas dimensões da globalização e saber no mínimo como se orientar, locomover enfim, “se virar” num país estrangeiro. Portanto, as atuais trabalhadoras domésticas na Europa são desde professoras, advogadas, engenheiras, artistas e até médicas, que em seus países de origem não encontraram emprego, ou os salários são insuficientes para sobreviver, ou ainda algumas se deixam seduzir pela globalização cultural que apresenta a vida num país de primeiro mundo como glamorosa e espetacular!

Os principais problemas enfrentados pelas mulheres migrantes que vêm trabalhar na Europa como domésticas são: o não pagamento de horas extras; os baixos salários ou a negação de salário para mulheres que comunicam “aviso prévio”; a falta de comprometimento por parte dos patrões em relação à regularização de papéis, documentos legais ou visto de permanência; violência e abuso sexual por parte dos patrões; a obrigação de fazer serviços extras para amigos e parentes dos patrões; a

² COOMARASWAMY, *apud* GALVAN, Sergia. *El mundo étnico-racial dentro del feminismo latinoamericano*, 1995.

sobrecarga de trabalho, principalmente em casas que, além de fazerem todos os tipos de tarefas, cuidam de crianças e idosos; a relação pessoal que se estabelece entre trabalhadoras e patrões, confundindo relações de maternalismo (a patroa está fazendo um favor) com relações de trabalho que implicam em garantia de direitos; a dificuldade de adaptação aos novos costumes, a língua, o clima, a alimentação etc.

Estudiosas do assunto prevêem que a procura por empregadas domésticas na Europa tende a aumentar para os próximos anos, sobretudo porque a população daquele continente está envelhecendo e a retirada das funções do chamado Estado de Bem-Estar está recrudescendo. A crescente demanda de empregadas domésticas agenciadas por instituições ocorre em função de elas terem que substituir o cuidado que até então era desempenhado pelas famílias, por Institutos Asilares, Hospitais e outros.

Se este quadro de reestruturação no mundo do trabalho agrava-se na Europa, com a diminuição do papel do Estado, a situação é bem mais complicada nos países do terceiro mundo e recai ainda mais sobre as mulheres: aproximadamente 10 milhões de mulheres no mundo não possuem cidadania nos atuais países em que vivem; destas, 1 milhão são trabalhadoras domésticas e dependem da “bondade” de seus patrões para continuar sobrevivendo no país para o qual migraram. Quase 20 milhões de mulheres no mundo vivem em condições de “segunda categoria” lutando por sobrevivência e pela garantia de seus direitos. Esta realidade também é gritante no Brasil.

Vejamos a trajetória de mulheres migrantes em nível local.

4 Trajetórias migracionais locais - migração interna no Brasil

A trajetória abaixo resumida, de Maria José,³ remete a uma série de trajetórias semelhantes de mulheres que migraram em busca de melhores condições de vida, mas que a porta da socialização na cidade foi o emprego de doméstica.

Maria José foi a quinta filha de uma família de negros e nasceu numa cidade do interior deste imenso Brasil. Sua mãe era viúva e tão pobre que nem podia dar de comer aos cinco filhos. Ela saía pelas casas pedindo, até que um dia chegou no sítio um solteirão e lá ficou. Depois de algum tempo, sua mãe ficou grávida do solteirão; o homem, impaciente que era, impôs uma condição para ficar com ela: que

³ O nome é fictício e a entrevista foi realizada durante o processo de pesquisa para minha tese de doutorado, na comunidade Chico Mendes, Florianópolis/SC, em maio de 1999.

desse todos os filhos. Segundo Maria José, ninguém a queria, porque era magrinha, “chochinha” e o povo gosta de gente clarinha, forte, de pele branca e bonita. Depois de “muito rolar”, uma família aceitou criá-la. Desde os oito anos ajudava na cozinha e foi aprendendo a fazer todos os tipos de serviço da casa. Trabalhou até os quinze anos nesta casa só em troca de roupa e comida. Conheceu o Nego em uma noite num bailão e com ele fugiu para a cidade. Lá conseguiu um trabalho de empregada, mas quando era para receber salário, a família sempre a enrolava, dizendo que esse mês estava ruim de dinheiro. A patroa dava roupa, as sobras de comida e o dinheiro para o ônibus. Os filhos foram chegando e a vida virou um inferno quando Nego começou a beber e sair com outras mulheres. Cansada de tanto sofrimento, Maria José criou coragem e fugiu com as crianças para a capital. Foi atrás de uma prima que morava na periferia que a encaminhou para um emprego de faxineira...

Assim são as trajetórias de muitas mulheres brasileiras, e este tipo de relação possui uma raiz histórico-cultural, advinda do período colonial, quando os escravos domésticos eram naturalmente encarregados das tarefas do lar. O papel das mulheres negras e índias junto às famílias aristocratas e de fazendeiros no Brasil tem uma longa história. Além de desempenhar as tarefas domésticas, estas mulheres serviam de mucamas, ou eram seviciadas para o deleite sexual de seus patrões.

Esta raiz histórica e cultural permaneceu profundamente arraigada e repercute até os dias de hoje sobre o perfil das mulheres que trabalham como domésticas em muitos lugares no Brasil e na América Latina, caracterizando uma tripla opressão:

- a) pertencem a uma raça/etnia discriminada e oprimida (a maioria proveniente da miscigenação de negro ou índio);
- b) dependem economicamente do trabalho braçal, geralmente porque possuem baixo nível de instrução;
- c) sofrem, muitas delas – além de efetuar todos os tipos de trabalho relacionados à rotina da casa – de abusos sexuais por parte dos patrões e devem iniciar os filhos destes, nas primeiras experiências sexuais.

Mesmo assim, o fluxo migratório de mulheres do campo para a cidade tem aumentado significativamente. Segundo dados do IBGE/PNAD⁴ mais de 5.000.000 (cinco milhões) de mulheres trabalham atualmente de domésticas no Brasil, e os principais motivos da emigração de mulheres são:

⁴ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD (p. 7), Relatório 2000.

- a) resolver a questão socioeconômica, pela falta de oportunidades de emprego ou ocupações mal-remuneradas no campo, e por terem menor chance de encontrar trabalho do que os homens;
- b) poder ter acesso à educação. Possuem baixo nível de instrução pela dificuldade de acesso à escola geralmente atribuída às longas distâncias e à ineficiência das escolas rurais (que funcionam como escolas isoladas, com uma professora para quatro turmas);
- c) conquistar a independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou separadas;
- d) alcançar mobilidade social na cidade, melhorar de vida, conseguir um bom emprego;
- e) ter acesso a serviços básicos, principalmente atendimento à saúde;
- f) experimentar diferentes sensações na cidade: passear, divertir-se, ir a festas, conhecer pessoas, sair com as amigas, aprender coisas novas;
- g) ir atrás da rede familiar, ou seja, a maioria dos membros da família já se encontram na cidade e motivam a emigração.

Os serviços de faxineira e empregada doméstica exerceram um papel importante na incorporação ao mercado de trabalho das mulheres no Brasil, porque constitui culturalmente o “lugar da mulher” e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação. As migrantes têm nessas atividades “o caminho de socialização na cidade [...] o abrigo, a comida, a casa e a família”.⁵ O serviço doméstico remunerado, ainda é a ocupação principal das brasileiras: em números absolutos, são quase cinco milhões de mulheres que exercem essa ocupação no Brasil. Em toda a América Latina, dois terços das mulheres que migraram do campo para a cidade na década de 1990, em busca de melhores condições de vida, são atualmente trabalhadoras domésticas.⁶

Este trabalho da empregada doméstica, porém, herdou socialmente o estigma da desvalorização que acompanha as atividades a ele atribuídas. Patroas e empregadas domésticas, em geral, participam de uma relação de identidade mediada pela lógica de servir aos outros como algo natural, embora essa relação trabalhista passe por uma contradição de classe e outra de identidade-gênero que é estabelecida entre as mulheres.

⁵ MELO, Hildete P. “De criadas a trabalhadoras”. *Estudos Feministas*, p. 357.

⁶ *Ibidem*, p. 328.

5 Perfil das trabalhadoras domésticas brasileiras

Segundo MELLO,⁷ a categoria de trabalhadores domésticos no Brasil é essencialmente feminina. Mais de 90% dos seus trabalhadores foram e são mulheres. Em relação à variável cor, no Nordeste há quase 80% de não-brancos nesta categoria, enquanto no Sul há uma taxa de participação em torno de 30%. Constatou-se, ainda, que quando uma mulher negra não trabalha como doméstica, geralmente ela presta algum serviço de limpeza, com baixa remuneração.

No Brasil temos ainda as categorias de domésticas externas, mensalistas, faxineiras ou diaristas, que geralmente são mulheres pobres com filhos menores, morando nas periferias das grandes cidades, muitas vezes sem creche ou escolas em tempo integral para seus filhos. Atualmente, não oferecer alojamento para as empregadas é uma maneira de cortar gastos para a classe média.

A faixa etária das empregadas domésticas varia de 10 a 65 anos ou mais. Em 1995, havia 5% de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando de domésticas; a faixa etária de 30 a 39 anos concentrava a maior percentagem, 23%, seguida da faixa etária de 18 a 24 anos que somava 22%.

O rendimento das empregadas domésticas, visto pelo ângulo regional, é extremamente perverso: no Nordeste, em 1985, 96,4% nesta categoria estavam sem remuneração ou com rendimentos até um salário mínimo, número que baixou para 80%, atualmente. Os 5% de homens que trabalham nesta categoria no Brasil, se formos comparar em termos de remuneração, todos ganham mais do que as mulheres.

Desta forma, o serviço de empregada doméstica é considerado hoje, no Brasil, uma atividade subalterna e fora do circuito mercantil, desvalorizada, não reconhecida, e um dos subsetores econômicos de pior remuneração da classe trabalhadora.

Um estudo feito por GEBARA⁸ com mulheres migrantes nordestinas apontou para as complexas situações que nos levam a compreender e a caracterizar melhor a mobilidade das mulheres no Brasil, através dos pontos que seguem.

- a) A mobilidade como saída da opressão familiar. Muitas mulheres fogem para outros lugares porque tiveram sua dignidade profundamente ferida e não aceitam continuar nesta situação de opressão. São discriminadas em virtude de uma gravidez

⁷ *Ibidem.*

⁸ GEBARA, Ivone. *A mobilidade da senzala feminina*. Mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo.

indesejada, muitas vezes são vítimas de estupro ou até de abuso sexual e por este motivo são expulsas de sua própria casa. Aqui também configura-se uma diferença entre homens e mulheres nos processos de saída: os homens quando saem de casa em busca de sua liberdade, o fazem de cabeça erguida, saem como conquistadores ou heróis se aventurando pelo mundo. As mulheres, entretanto, vivem situações muito diferentes: saem na calada da noite, envergonhadas, amedrontadas, e outras vezes oprimidas pelo peso da culpa da transgressão às leis familiares e sociais.

- b) Mobilidade como fuga da dominação masculina. Falar de fuga da dominação masculina significa, por um lado, a fuga de um pai ou marido autoritário e opressor, e igualmente a fuga de um modelo de família no qual a lei masculina é executada inclusive pelas próprias mulheres (as próprias mães, avós, tias e irmãs colaboram no processo de incriminação, discriminação e conseqüente expulsão de casa no caso de transgressão). A mobilidade feminina revela uma contradição singular. As próprias vítimas da dominação masculina reproduzem a mesma dominação na educação dos filhos.
- c) A mobilidade das retirantes com seus filhos. Uma das características mais marcantes da mobilidade feminina no Brasil é o fato de, quando elas têm filhos e filhas, as crianças fazem parte integrante do processo de migração. Raramente as mulheres brasileiras deixam os filhos. É como se as crianças fizessem parte do seu próprio corpo. A mobilidade nesse sentido é marcada pelo seu caráter familiar coletivo, um caráter em que a mulher é a chefe da família.

6 A linguagem e o espaço definindo as diferenças entre padrões e empregadas

As relações entre trabalhadoras domésticas e suas patroas são complexas e multidimensionais, porém, em sua essência, configuram um tipo de exploração. A servidão implícita no trabalho das domésticas faz parte de uma ideologia que transforma essa função num elemento ultraconservador em uma sociedade profundamente hierarquizada. A função ideológica desta ocupação – trabalhadora doméstica – baseada em rituais de diferença e maternalismo vem perpetuar um sistema de estratificação social que articula necessariamente as categorias gênero, classe e etnia.

O emprego de doméstica implica, necessariamente, em relação pessoal; a trabalhadora não é contratada somente pelo desempenho no seu serviço (labor), mas também pelos traços de sua personalidade que, por sua vez, são definidos pela identidade étnica. Nos países desenvolvidos, geralmente a exploração econômica é menos problemática do que a exploração psicológica. Esta se consolida basicamente através de dois tipos de rituais: da diferença e do maternalismo.

Ervin GOFFMAN⁹ define a diferença como uma espécie de cerimonial, cuja função possui um significado simbólico: a apreciação e a aceitação de uma pessoa deve ser transmitida regular e sistematicamente à outra (destinatária). Portanto, entre pessoas não iguais, é a diferença de comportamento que vai confirmar a desigualdade, pois uma posição de superioridade só existe em relação a outra subordinada.

Nas relações entre patrões e empregados, três tipos de diferença lingüística são comuns: a) a maioria das domésticas são chamadas pelo primeiro nome e devem chamar suas patroas e patrões pelo sobrenome; b) os patrões referem-se às domésticas como *girl* ou *mädchen*, moça, menina, rapariga, guria; c) os patrões apreciam (ou quase exigem) tratamentos diferenciados que impõem respeito: *Yes, sir...*, *Yes, madam...*, *Sim, senhor...*, *Sim, senhora...*, *Sim, madame...*

Este tipo de linguagem legitima uma lógica e carrega um significado colonialista vindo ao encontro dos interesses hierárquicos que legitimam o poder. Neste tipo de relacionamento, muitas domésticas desempenham performances para agradar suas patroas e manter um bom relacionamento.

Outro fator que caracteriza a diferença, delimitando e conferindo a inferioridade da empregada doméstica, é a divisão espacial da casa, que ocorre de várias formas: a) a iniquidade em relação ao direito de uso do espaço para movimento e permanência dos corpos na casa – “sala de visita e piscina não são lugares para empregada ficar...”; b) o controle sobre o uso do espaço da casa por parte da trabalhadora doméstica – “lugar de empregada é na cozinha”; c) o tamanho e condições do quarto de dormir da empregada na casa, que quase sempre é um cubículo sem janela e sem iluminação natural.

Outra forma de exploração muito comum é o maternalismo, que é um conceito relacionado ao papel da mulher como suporte intra-familiar, de nutrir, amar e atender às necessidades afetivas e vitais. Em relação ao maternalismo, muitas patroas tratam as empregadas como crianças, repassando roupas usadas, bijuterias, sapatos, móveis achando que estão

⁹ GOFFMAN, Ervin. *Manicômios, prisões e conventos*.

dando grandes presentes, esperando em troca o afeto. Muitas patroas agem chantageando as empregadas, insistem que pertençam à família ou sejam sua melhor amiga – a filha que não tiveram – , quando na maioria das vezes são elas, as patroas que se encontram em estado depressivo, necessitando de companhia ou de alguém para confidenciar. Ser excessivamente maternal com a empregada confunde a relação de trabalho, que deve ser estabelecida com base nos direitos garantidos pelo contrato. Por outro lado, as trabalhadoras também devem ter chance de se emancipar, estudar, aperfeiçoar-se, e até mesmo sair de casa para divertir-se.

Os movimentos feministas, nas últimas décadas, têm obtido conquistas em relação à saída das mulheres do espaço privado para a esfera pública, enfatizando que o pessoal é político e mostrando que as relações de gênero são desiguais e injustas. A entrada das mulheres para a esfera pública, apesar de ter levado praticamente dois séculos para se consolidar, por si só, não se constitui um movimento social, mas colocou milhares de mulheres do globo terrestre em movimento. O que nos preocupa, porém, é que no alvorecer do século XXI, cem anos depois de grandes conquistas em relação aos direitos da mulher, na passagem do capitalismo industrial para a era da informática, está ocorrendo um movimento contrário à saída para esfera pública: 100 mil mulheres de todo o mundo movem-se anualmente em fluxos migratórios, para assumirem trabalhos domésticos na esfera privada.

Este fenômeno nos coloca frente a uma questão paradoxal: no auge da era da informática, a revolução tecnológica reestruturando o mundo do trabalho, como e por que se intensifica de tal maneira um mercado de trabalho informal, considerado por muitos como arcaico?

Fazendo uma comparação, há 100 anos, as trabalhadoras domésticas na Europa, desempenhavam praticamente as mesmas atividades que as de hoje. A principal diferença que se constata é que, naquele tempo, para trabalhar em casas de famílias burguesas, procuravam-se moças solteiras, a partir de 14 anos de idade nas áreas rurais, em orfanatos ou bairros de operários. Atualmente, porém, as mulheres que trabalham como domésticas na Europa são migrantes, procedentes de países considerados do Terceiro Mundo, muitas possuem formação universitária, são intermediadas por instituições agenciadoras, encontram-se na faixa etária de 19 a 40 anos e algumas deixam seus filhos com parentes ou em Instituições no país de origem para irem trabalhar. Da mesma forma no Brasil, constata-se que além das mulheres descendentes da miscigenação de índio com branco e as mulheres negras, que eram consideradas até então o perfil natural para trabalhar como empregada doméstica, moças

dos mais diferentes cantos do interior do Brasil, também têm buscado nesta ocupação o trampolim para sair do campo para a cidade grande. Portanto, a questão das trabalhadoras domésticas passou de uma dimensão que era considerada somente de classe, para um fenômeno que articula a diferenciação nacional, regional, e étnica com a de classe e a de gênero.

7 Trabalhadoras domésticas: constituindo novas identidades e afirmando diferenças

Com a intensificação das migrações, tanto em nível global como em nível local, o problema das diferenças se intensifica. Nas grandes cidades, convivem pessoas de origens culturais, condições étnicas e sociais diferentes, crenças religiosas variadas, ideologias opostas que dão origem tanto a processos de aproximação identitária, como de discriminação e exclusão. É com esse ambiente que se defronta a mulher migrante que, acostumada a viver num mundo com uma cultura relativamente homogênea, encontra grandes dificuldades para aculturar-se.

A abertura para a alteridade, para a aceitação do diferente, seja do mundo urbano em relação ao migrante ou ao estrangeiro, quanto deste à heterogeneidade que caracteriza a vida em outros países ou na cidade, é um processo lento, dramático e difícil.

O reconhecimento e a aceitação da alteridade, entretanto, é a condição básica para a construção da democracia, requerendo uma ética baseada no fim da intolerância e na construção da mútua aceitação baseada no reconhecimento da equivalência humana.¹⁰

Desta forma, a questão da identidade adquire um caráter político na medida em que a sociedade determina quem ela quer incluir e excluir. Atualmente, a exclusão tornou-se estrutural e o sistema admite na sua lógica interna que muitas pessoas devem ficar excluídas. Por isso, nos adverte ORTIZ,¹¹ “devemos estar atentos, diversidade cultural não significa pluralidade cultural. A idéia de pluralismo contém a noção de igualdade no patamar de participação e de reconhecimento dos pares, enquanto que a idéia de diversidade está atravessada pela noção de hierarquia”.

É importante destacar que, o direito à diferença é, necessariamente, direito ao pluralismo.

Ao migrarem de um país para o outro, ou do campo para a cidade, as mulheres começam a tomar consciência de suas diferenças, tanto de classe como de etnia, e passam a se confrontar com um conflito de

¹⁰ LAGARDE, Marcela. *Gênero y feminismo*. Desarrollo humano y democracia, p. 11.

¹¹ ORTIZ, Renato. “Choque de civilizações?”. *NUEVAMERICA*, p. 10.

identidade. Esta perspectiva desloca o foco da análise das diferenças culturais de língua, religião, filiação etc., para pensá-las do ponto de vista relacional e político. Aqui, os estudos sobre identidade étnica “se voltam para a compreensão dos modos como as pessoas se auto-atribuem as identificações”.¹² É a “concepção relacional da identidade” formulada por BARTH,¹³ na qual a identificação étnica de um determinado grupo é o resultado da capacidade do mesmo em manter simbolicamente as fronteiras de diferenciação que o distinguem dos grupos vizinhos. Como toda a identidade se estabelece por relação, ela se configura no campo das identificações coletivas: a criação de um “nós” implica a “delimitação de uma fronteira e a designação de um ‘eles’”. Essa definição de um ‘nós’ geralmente tem lugar num contexto de diversidade e conflito”.¹⁴

Por isso, as trabalhadoras domésticas que migram para países estrangeiros, procuram as colegas da mesma terra, formam grupos de amizade, apóiam-se e encorajam-se mutuamente. As mulheres que migram experimentaram, muitas vezes, uma verdadeira “alquimia” em suas vidas, em sua identidade e em seu cotidiano, tornando-se diferentes do que eram antes de migrarem, não sendo mais idênticas às mulheres que saíram de suas terras, deixando o campo para irem para a cidade.

Como trabalhadoras domésticas, as mulheres migrantes enfrentam vários tipos de discriminação tendo como norte uma subjetividade de classe que, imbricada com as condições de gênero e etnia, produz uma alquimia na subjetividade dessas mulheres. Estas, no processo conflitivo e dialético de construção de sua subjetividade, de um lado lutando contra a discriminação de gênero, classe e etnia e, de outro, afirmando sua identidade de mulheres e trabalhadoras domésticas lutando por uma causa comum, têm na valorização de sua profissão, uma conquista de auto-estima e autoconfiança e um alicerce fundamental para seu processo de aculturação e para o seu “empoderamento”.

Bibliografia

ANDERSON, Bridget; PHIZACKLEA, Annie. *Migrant Domestic Workers: a European Perspective*. Department of Sociology. London: Leicester University, 1999.

¹² MONTEIRO, Paula. “Globalização, Identidade e Diferença”. *Novos Estudos CEBRAP*, p. 62.

¹³ BARTH *apud* MONTEIRO, Paula. “Globalização, Identidade e Diferença”. *Novos Estudos CEBRAP*.

¹⁴ MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*, p. 115.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "Cultura e identidade". in SUESS, Paulo (org.). *Culturas e evangelização*. São Paulo: Loyola, 1991.
- CASTRO, Mary G. "Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos". *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v. 0, n.0, 1992.
- DURAHM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GALVAN, Sergia. *El mundo etnico-racial dentro del feminismo latinoamericano*, 1995. Disponível em <http://www.reuna.cl.fempres/base/especiales/especialmjrddgalvn.htm>
- GEBARA, Ivone. *A mobilidade da senzala feminina*. Mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo. São Paulo: Paulinas, 2000.
- GEHLEN, Ivaldo. "Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla", in ZARTH, Paulo. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.
- GOFFMAN, Ervin. *Manicômios, prisões e conventos*. 6ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1999.
- HAFERKAMP, Rose.; HOLZAPFEL, Annette.; RUMMENHÖLLER, Klaus. *Auf der Suche nach dem besseren Leben: migranten aus Peru*. Unkel / Rhein, Bad Honnef: Holermann, 1995.
- HARZIG, Christiane. "Women Migrants as Global and Local Agents. New Research Strategies on Gender and Migration". University of Bremen, dezembro, 1999. *Working Paper*.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD, p. 7. Relatório 2000.
- LAGARDE, Marcela. *Género y feminismo*. Desarrollo humano y democracia. Madrid: Horas & horas, 1996.
- LUTZ, Helma. "Geschecht, Ethnizität, Profesiön. Die neue Dienstmädchenfrage". *Zeitalter de Globalisierung*. Münster: Iks, März, 2000. *QuerFormat*.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MELO, Hildete P. "De criadas a trabalhadoras". *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 6, n. 2, 1998.
- MELLO, Annette. *Mulheres em construção: casas, sonhos, subjetividades*. São Paulo: EDUC, 1999.
- MIGRATIONEN. *Lateinamerika*. Analysen und Berichte 23, Bad Honnef: Holermann, 1999.
- MONTEIRO, Paula. "Globalização, Identidade e Diferença". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 49, novembro, 1997.
- MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

- _____. "Por una política de identidad nómada". *Debate Feminista*. México: ano 7, v. 14, *octubre*, 1996.
- ORTIZ, Renato. "Choque de civilizações?". *NUEVAMERICA*, Santa Fe, dezembro, 2002, p. 4 -17.
- OAKLEY, Ann. *The Sociology of Housework*. New York, 1974. *Working Paper*.
- ÖKUMENISCHE ASIENGRUPPE e.V. *Die unsichtbare "Perlen"*. Migrantinnen im informellen Arbeitsmarkt. Frankfurt/Mainz, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SASSEN, Saskia. *Migranten, Flüchtlinge, Siedler. Von der Massenauswanderung zur Festung Europa*. Frankfurt/Mainz: Fischer, 1996.
- SEYFERTH, Giralda. "Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)". *Anuário Antropológico* 9. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- SHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SHIVA, Vandana. "O empobrecimento do ambiente: as mulheres e as crianças para o fim", in MIES, M.; SHIVA, V. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 95-129.
- WICHTERICH, Christa. *Die Globalisierte Frau*. Berichte aus der Zukunft der Ungleichheit. Reinbek bei Hamburg: Rororo aktuel, 1998.